

**ATA DA CENTÉSIMA DECIMA QUINTA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CONANDA.**

Às nove horas e trinta minutos do dia treze de abril de dois mil e quatro na sala de reunião do Conselho Nacional de Assistência Social CNAS, deu-se inicio a Centésima Décima Quinta Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, presidida pelo Sr. Vice-Presidente José Fernando da Silva, (Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais). Presentes os conselheiros titulares: Simone Mariano da Rocha, Associação Nacional de Magistrados e Promotores de Justiça; Cláudio Augusto Vieira da Silva, Fundação Fé e Alegria do Brasil; Elizabete Borgianni, Conselho Federal de Serviço Social; Maria Izabel da Silva, Central Única dos Trabalhadores; Marta Marília Tonin, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Maria das Graças Fonseca Cruz, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; Laura Nazareth de Azevedo Rossetti, Federação Nacional das Apaes; Nilmário Miranda, Secretaria Especial dos Direitos Humanos/PR; Ivanildo Franzosi, Casa Civil da Presidência da República; Ana Maria Ângela C. Vilalba, Ministério da Cultura; Marcos da Costa Avelar, Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. Estiveram ainda presentes os conselheiros governamentais suplentes que assumiram a titularidade nesta Assembléia: Mário Mamede, Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Alexia Luciana Ferreira, Ministério da Saúde, e Milda Lourdes Pala Moraes, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Tendo em vista ausências justificadas dos representantes da Sociedade Brasileira de Pediatria e do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, foram convocados e estiveram presentes os conselheiros suplentes Beatriz Hobold, Pastoral da Criança (Organização de Ação Social da CNBB) e Solimar dos Santos Amaro, União Brasileira de Educação e Ensino. Estiveram também presentes os conselheiros não governamentais suplentes: Jessimar Dias Pereira, Inspecção São João Bosco – Salesianos; Miguel Cal Gonzáles, Conselho Federal de Psicologia, Antonio Pereira da Silva Filho, Confederação Geral dos Trabalhadores e Maria de Lourdes Alves Rodrigues, Fundação Abrinq **I - Abertura dos Trabalhos, Aprovação da Pauta desta Assembléia:** O Vice-presidente fez a abertura dos trabalhos e submeteu a Pauta à plenária, tendo a mesma sido aprovada por todos. **II – Aprovação da Ata da 114ª Assembléia Ordinária do CONANDA -** A Ata da 114ª Assembléia Ordinária foi aprovada com correções pertinentes. **III – Recomposição das Comissões Temáticas:** A recomposição das comissões foi feita com os atuais conselheiros, tendo em vista a não publicação do novo Decreto que dispõe sobre a composição, estruturação, competência e funcionamento do CONANDA até a presente data. As Comissões Temáticas ficaram assim estabelecidas: **1 – Comissão de Políticas Públicas –** Membros Titulares; Rachel Niskier Sanches – SBP; José Fernando da Silva – ABONG; Maria Izabel da Silva – CUT; Regina Celeste Bezerra Affonso de Carvalho – MS. Conselheiros Suplentes: Beatriz Hobold – Pastoral da Criança; Miguel Ángel Cal Gonzáles – CFP; Antonio Pereira da Silva Filho – CGT; Thereza de Lamare F. Netto – MS. Os Ministérios do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate a Fome estão sem indicação. Coordenador – Thereza de Lamare F. Netto – MS; Relator – Maria Izabel da Silva – CUT. **2 – Comissão de Orçamento e Finanças / Medidas Socioeducativas:** Membros Titulares: Cláudio Augusto Vieira da Silva – Fé e Alegria; Marta Tonin – OAB; Maria Júlia Deptulsk – MNMMR; Solimar dos Santos Amaro – UBEE; Welinton Pereira da Silva -Visão Mundial; Marcos Avelar – MPOG; Liscio Fábio Camargo – MF; **Conselheiros Suplentes:** Mario Mamede – SEDH; Meyre France Ferreira Leão – ME; Jessimar Dias Pereira – Salesianos; Marcelo Gentil – IPAM. Coordenador – Cláudio Augusto; Relatora – Meyre France. **3 - Comissão de Articulação e Comunicação –** a) Conselheiros Titulares: Laura Nazareth – FENAPAEs; Maria das Graças Fonseca Cruz – CNBB; Simone Mariano da Rocha – ABMP; Elizabete Borgianni –CFESS; Ana Maria Ângela Bravo Villalba – Minst. Cultura. b) Conselheiros Suplentes: Christiano Sávio Barros Figueirôa – MRE; Maria de Lourdes Alves Rodrigues – Fund. Abrinq. Coordenadora – Laura Rossetti; Relatora – Maria

Cristina Albuquerque – Assessora Técnica – SPDCA. **4) Comissão de Legislação e Regulamentação** – a) Conselheiros Titulares: Ivanildo T. Franzosi – Casa Civil da Presidência da República; Simone Mariano da Rocha – ABMP; Marta Marília Tonin – OAB. Coordenador – Ivanildo T. Franzosi – Casa Civil/PR – Relatora - Marta Tonin – OAB – Assessor Técnico / SPDCA Tarcízio Ildelfonso Costa Junior. Foi amplamente discutido e deliberado pela plenária a manutenção do eixo medidas socioeducativas agregado à Comissão de Orçamento e Finanças. Prosseguimento o Presidente do Conanda Nilmário Miranda informou sobre o reordenamento do Comitê de Abrigos incluindo o tema Convivência Familiar e Comunitária, ressaltando a necessidade de elaboração de um Plano Nacional para nortear as ações. Serão incluídos novos atores na Comissão que terá prazo determinado para conclusão dos trabalhos. Foi baixado Decreto Presidencial sobre o novo Comitê de Abrigos com a composição da estrutura vigente DR. Nilmário informou ainda sobre a realização do Colóquio Internacional sobre Acolhimento Familiar realizado no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, realizado na primeira quinzena do mês de abril, onde foi proposto diretrizes para o estabelecimento de políticas públicas voltadas ao direito fundamental à Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e Adolescentes em Situação de Risco. Com relação a Comissão Intersetorial de Combate a Exploração Sexual Infante Juvenil informou que a mesma passou a integrar as ações da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e será coordenada pela Sr<sup>a</sup> Elizabeth Leitão. O Presidente fez um breve relato das ações que estão sendo desenvolvidas pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo juntamente com outros Sindicatos e Entidades para o enfrentamento da prostituição infante juvenil naquela redondeza e da programação que está sendo elaborada para o Dia Dezoito de Maio incluindo ato público na Esplanada dos Ministérios, com a assinatura de pacto nacional com os caminhoneiros para o combate ao abuso sexual infante juvenil e outras ações alusivas à data envolvendo todos os Ministérios. Finalizando o Presidente informou sobre a liberação dos recursos do Fundo Nacional e da viabilidade do Comitê das Empresas Estatais efetivarem doação substantiva ao Fundo Nacional, possibilitando a ampliação do atendimento socioeducativo do adolescente em conflito com a lei. **III – Trabalho de Grupo das Comissões Temáticas.** No final do turno da manhã e no turno da tarde as Comissões Temáticas se reuniram para tratar assuntos pertinentes as suas áreas de atuação. Dando prosseguimento ao segundo dia de trabalho foram discutidos os pontos que seguem: **IV – Reapresentação do Programa Pró-Conselho Brasil.** A conselheira Laura fez a reapresentação da Minuta do Programa elaborada pelo Grupo de Trabalho Conanda / SEDH / ITC, nos dias vinte e dois e vinte e três de março de 2004, com a presença de representante da Telemig Celular Sr. Francisco de Assis. Foi apresentada também a previsão orçamentária para viabilização da implantação do programa, que inclusive foi analisada também pela Comissão de Orçamento e Finanças. A proposta foi aprovada com os ajustes pertinentes e com a seguinte deliberação: a) que toda a publicação seja feita de acordo com o Plano Nacional de Fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos de Criança e Adolescentes, bem como os documentos das demais parcerias; b) que dos recursos arrecadados para este programa não serão destinados os 20% para o Fundo Nacional atender projetos do seu interesse tendo em vista que o mesmo dará continuidade às ações de fortalecimento do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente; c) indicação dos Conselheiros Simone Mariano Rocha e Marcos da Costa Avelar para representar o Conanda no Grupo Consultivo do Programa Pró Conselho. Ficou agendado para o dia vinte e oito de abril a primeira reunião do Grupo Consultivo com os parceiros nacionais UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância, Fundação Abrinq para os Direitos da Criança e do Adolescente; ABMP – Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude; ANDI – Agência Nacional dos Direitos da Infância; Conselho Nacional dos Procuradores de Justiça e Fórum Nacional DCA. Foi aprovado ainda pela plenária, Minuta do termo de Cooperação Técnica a ser firmada entre a Secretaria Especial dos Direitos Humanos/CONANDA e Instituto Telemig Celular que tem por objeto desenvolver ações de fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente em todos os Estados da federação por meio do Programa

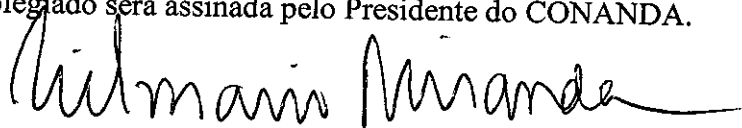
Pró Conselho Brasil e seus projetos: Conhecendo a Realidade; Conselhos do Brasil; Fundo Amigo e Capacitação de Conselheiros. **V – Documento do Ministério da Saúde sobre atendimento de adolescente em cumprimento das Medidas Socioeducativas (aspectos pendentes)** A Conselheira Laura informou que o documento do Ministério a ser apresentado não fora compactuado pela Comissão Tripartite daquele Ministério por acúmulo de serviços tendo sido a apresentação do mesmo adiada para o dia vinte e oito de abril do corrente e a sua apresentação transferida para a próxima Assembléia do Conanda a realizar-se no mês de maio de dois mil e quatro. **VI – Relato dos Trabalhos das Comissões Temáticas. 1) – Comissão de Políticas Públicas.** A Conselheira Maria Izabel fez o relato dos trabalhos abordando os pontos que seguem: **a) Abrigos** – O Sr. Alexandre Reis da –SPDCA esteve presente a reunião e informou a retomada dos trabalhos do Comitê de Reordenamento da Rede Nacional de Abrigos, após entendimentos entre o Secretario Especial dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda e o Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, bem como os equipes técnicas dos respectivos órgãos, tendo sido deliberado que o Comitê será ampliado e reinstalado na forma de Comissão Intersetorial, criada através de Decreto, passando a ter por escopo o fornecimento de subsídios para o estabelecimento de diretrizes da Política e da Ação do Estado voltadas à promoção e à garantia do direito da criança e adolescentes à convivência familiar e comunitária. Além da questão do Abrigo que vem sendo discutida no Comitê serão incluídos outros dois eixos estratégicos que são a prevenção entendida como integração de políticas básicas e supletivas para a manutenção da criança na própria família e a adoção. A Comissão será coordenada pelo Ministério Social e Combate à Fome com apoio da SEDH e do UNICEF, com reunião agendada para o dia vinte e nove de abril do corrente ano. A partir dos informes apresentados a Comissão fez as adequações necessárias no calendário do Plano de Ação do Conanda. **Deliberação;** a) foram indicados para compor a Comissão Intersetorial a conselheira Maria das Graças Fonseca Cruz e o representante do MEC Sr. Moisés dos Anjos Ataídes; b) apresentação parcial dos dados do Levantamento Nacional sobre Abrigos em Convênio/CONANDA/FNCA/ANPEC/IPEA, na próxima Assembléia do Conanda a ser realizada no mês de maio do presente exercício; b) A partir da nova redação do Comitê de Abrigos, a Comissão fez adequações no Plano de Ação do Conanda contido no Planejamento Estratégico para o exercício de dois mil e quatro, inclusive o calendário dessas ações e substituição de representantes na Comissão e GT específico. **Deliberações;** a) agendar reunião do grupo de trabalho específico criado no final do exercício de dois mil e três para o dia onze de maio de dois mil e quatro para debater a implementação da Lei nº 10.097 que dispõe sobre o trabalho do aprendiz, convidando o Ministério Público do Trabalho, a Comissão sobre aprendizagem do Ministério do Trabalho e Emprego, Banco do Brasil, Caixa, CESAM / DF e MG e Sindicato das Entidades Filantrópicas de Minas Gerais; b) alterar para um dia antes da Assembléia do mês de junho, reunião com representantes do Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Público do Trabalho e Sistemas, para continuar o debate sobre a implementação da Lei nº 10.097 e apresentar proposta à Assembléia do mês de junho para deliberação; c) o conselheiro Miguel fará levantamento da documentação e dos assuntos discutidos sobre o tema Crianças e Adolescentes Indígenas e apresentará proposta para na próxima Assembléia retomar as discussões sobre o assunto; d) o Vice - Presidente José. Fernando fará levantamento de informações sobre a revisão do Guia de Enfrentamento da Violência Infanto Juvenil e para definir representação do Conanda; e) indicação do Vice – Presidente para compor o Grupo de Trabalho que acompanha os PLA e PECS em tramitação no Congresso Nacional em substituição ao Conselheiro Alessandro e indicação dos conselheiros Cláudio e Mario Mamede para compor o Grupo de Monitoramento do Plano Nacional Presidente Amigo da Criança; f) Anais da V Conferência Nacional: constar uma nota no rodapé do relato da mesa nº 5 que o mesmo foi retirado de anotações e não de degravação das falas por motivos técnicos não fora gravada e que os mesmos são de responsabilidade da Comissão de Sistematização do evento. Quanto a publicação dos Anais, do novo Pacto, (modelo de bolso) e das Resoluções do Conanda foram estabelecidas providências cabíveis; g) distribuir copia das moções da V CNDCA às Comissões

para estabelecerem os encaminhamentos necessários. **Documentos Recebidos:** a) denuncia do Sr. Lourenço Marques sobre atos arbitrários e ditatoriais praticados pela ABRAPIA. **Encaminhamento:** Enviar cópia do e-mail à ABRAPIA solicitando esclarecimentos sobre o assunto; b) recebimento de denúncia sobre a greve e o sucateamento do ensino e da Escola Pública no Estado de São Paulo em detrimento da infância e juventude do País. **Encaminhamento:** Enviar cópia do documento ao MEC solicitando pronunciamento sobre o assunto e cópia ao Sr. Governador do Estado de São Paulo alertando para os prejuízos que poderão causar as crianças e adolescentes do Estado com a continuidade da Greve. c) recebimento de ofício do CDDCA / MS, denunciando que o atendimento do SIPIA instalado no Conselho Tutelar não está atendendo de acordo com as sua competência, encaminhando-os à FUNAI. **Encaminhamento:** Solicitar maiores esclarecimentos à Coordenação do SIPIA e ao CEDCA/MS; d) Recebimento de ofício do CEDCA / RS solicitando posição do Conanda sobre registro de creches nos CMDCA's, tendo em vista Resoluções nº70/96 do CMDCA de Porto Alegre / RS que inclui as creches em regime de apoio socioeducativo em meio aberto. **Encaminhamento;** Encaminhar para parecer da Comissão de Legislação e Regulamentação; e) recebimento de denuncia sobre pornografia infanto -juvenil. **Encaminhamento:** Enviar o documento ao Ministério da Justiça / Policia Federal, para os procedimentos necessários. 2) **Comissão de Orçamento e Finanças / Medidas Socioeducativas.** A Conselheira Suplente Meyre fez o relato dos trabalhos dando enfoque aos pontos que seguem: a) Programa Pró Conselho Brasil – Foi apreciada proposta orçamentária do Programa, tendo sido proposto que a captação para o FNCA destinada ao Programa seja integral, tendo em vista que o mesmo dará continuidade as ações de fortalecimento do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente; b) indicar o nome do Assessor Técnico Francisco para juntamente com a Sra Edna Gerente da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – SPDCA efetivarem supervisão aos Convênios firmados com os Estados do Acre e Rondônia, sendo que o Sr. Francisco deverá articular-se também com os Conselhos Estaduais dos Direitos desses Estados e com o Estado do Amazonas, para fechamento das propostas de Convênio sobre o fortalecimento do sistema de garantia de direitos daqueles Estados; c) **Aprovação de Projetos -** A Comissão estabeleceu critérios para aprovação dos projetos a serem financiados com recursos do FNCA e para os Projetos da SPDCA. Os projetos apresentados pela SPDCA referentes à Construção que já estejam em andamento foram todos aprovados. Foi aprovado ainda priorizar os Projetos dos Estados do Pará, Bahia, Pernambuco, Acre, Mato Grosso do Sul, e Rio de Grande do Norte que estejam voltados para ações do SIPIA, do Sistema de Garantia dos Direitos, de Exploração e Abuso Sexual, de Proteção ao Ameaçado de Morte e Medidas Socioeducativas, objetivando realmente fortalecer o sistema de garantia de direitos nesses Estados. Com relação aos Projetos dos demais Estados que não foram contemplados nos grupos anteriores deverão ser aprovados aqueles relacionados ao SIPIA, ao Sistema de Garantia de Direitos, à Exploração Sexual, a Proteção aos Ameaçados de Morte, as Medidas Socioeducativas e à Rede de Identificação e Localização de Crianças Desaparecidas – REDESAP. Quanto aos Projetos isolados foram aprovados Projetos da Rede Internacional de Informações sobre à Infância – CECRIA, da Escola de Conselhos e do Encontro de Articulação do Conanda com os Conselhos Estaduais, Municipais, Distrital e Conselhos Tutelares, além do acréscimo na publicação da pesquisa sobre abrigos através do CONANDA/ANPEC/IPEA. Quanto aos Projetos aprovados no final do exercício anterior que serão pagos neste exercício o Gerente da SPDCA Sr. Amarildo esclareceu que os pagamentos não foram efetuados a época por questões de rubrica orçamentária, inadimplência dos órgãos proponentes e falta de encaminhamento da documentação necessária para instruir o processo. O Sr. Paulo Marques Gerente da SPDCA apresentou cronograma para elaboração do documento sobre o sistema nacional de atendimento socioeducativo de adolescentes em conflito a lei e sobre os parâmetros de avaliação e seleção dos projetos da SPDCA. O cronograma apresentado foi aprovado por todos. Quanto aos requisitos para aprovação dos projetos relacionados às medidas socioeducativas os mesmos foram amplamente debatidos e por exigüidade de tempo não foi possível concluí-los ficando para a

próxima assembléia o retorno do assunto. **3) Comissão de Articulação e Comunicação** – A Conselheira Laura fez o relato dos trabalhos informando que a Comissão contou com a Assessoria da Gerente da SPDCA, Sra. Cristina que atuou como relatora dos Trabalhos. Foram priorizadas discussões das ações apontadas no Planejamento Estratégico em função dos prazos estabelecidos: a) Plano Nacional de Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos; b) Realização do Seminário de Especialistas sobre Fundos e Seleção de Assessor de Comunicação.

**Informação sobre o SIPIA** – Foi feito um relato sucinto sobre a situação do SIPIA em relação aos quatro módulos existentes, permitindo a todos o conhecimento circunstanciado e fundamentado na situação atual. **Processo de Doação dos Computadores do Banco do Brasil aos Conselhos Tutelares** - A Sra. Cristina da SPDCA responsável pelo acompanhamento da parceria com o Banco do Brasil, prestou esclarecimentos detalhados à Comissão. **Deliberação** – Foi deliberado enviar a todos os conselheiros do CONANDA e aos Conselhos Estaduais dos Direitos, Cópia dos documentos que viabilizam a doação adotados pelo Banco do Brasil, bem como relato detalhado sobre o processo de doação dos computadores. **Minuta do Termo de Acordo de Cooperação entre a SEDH/CONANDA/UNICEF**, para o aprimoramento do Sistema de Promoção e Defesa dos Direitos de Criança e Adolescentes. A Comissão analisou a proposta sugerindo alterações pertinentes. O documento foi debatido pela plenária e aprovado com as devidas alterações. O termo será assinado no dia dezoito de abril com a presença do Sr. Presidente da República. **Seminário Nacional da ANDI** – Foi indicado o nome do Vice-Presidente do Conanda para participar do evento. **Plano Nacional de Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos**. A Comissão irá se reunir extraordinariamente no dia vinte e sete de abril e no dia onze de maio para tratar de exclusivamente desta questão. **Solicitação do Ministério Público do Trabalho para Assento no Conselho**. A conselheira Simone submeteu seu parecer à plenária tendo o mesmo sido aprovado por todos. Por exigüidade de tempo os demais assuntos ficaram de ser tratados na próxima plenária. VII – **Assuntos Gerais** a) A conselheira Maria Izabel informou a sua participação na reunião da CONAETI que tem como objetivo discutir e apresentar o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalhador Adolescente. O Plano não foi lançado ainda, pois o mesmo não previa orçamento para as ações apresentadas. As adequações estão sendo feitas, em conjunto com o Ministério do Planejamento e Orçamento e pela Casa Civil da Presidência da República, com previsão de ser lançado neste Semestre. Foi definido na Comissão que o Ministério do Trabalho e Emprego ficara responsável pela coordenação geral para monitoramento do Plano e o controle externo deverá ser exercido pelo Fórum Nacional – PETI em parceria com outras Instituições. Ainda é tarefa da Comissão analisar o arcabouço jurídico brasileiro nas questões relacionadas ao trabalho, propondo adequações necessárias para o cumprimento das Convenções Internacionais. Foi informado sobre o dia mundial de combate ao trabalho infantil no dia doze de junho, tendo sido definido como tema para este ano o trabalho infantil doméstico. A conselheira representou ainda o Conanda no Fórum Nacional PETI onde fora discutida a criação de um portal virtual do trabalho infantil; b) A conselheira Maria das Graças informou sobre a retomada das Construções dos Centros de Internação nas cidades de Governador Valadares e Montes Claros com o apoio do Governador do Estado. Informou sobre a sua participação no grupo de extermínio na cidade de Madalena/MG e que ainda não há dados concretos para apresentar; c) A conselheira Maria de Lourdes informou sobre a Carta aberta do CMDCA/SP contendo renúncia coletiva da Sociedade Civil por sentir-se desrespeitado naquele Conselho. Sugeriu pronunciamento do Conanda sobre as irregularidades existentes naquele Conselho; d) o Vice-Presidente informou sobre a realização da oficina a ser promovida pela ANDI com a participação dos CEDCA, CMDCA e Conselhos Tutelares que estejam envolvidos com a área de Comunicação. Informou sobre o Comitê do Programa Presidente Amigo da Criança e sobre a sua participação na reunião com a Chesf. Com relação ao Relatório do Planejamento Estratégico ressaltando a necessidade de sua consolidação, Ficou aprovado que os coordenadores das Comissões Laura, Cláudio, Ivanildo e Simone farão a compatibilização das Ações das Comissões contidas no mesmo; e) O conselheiro Miguel informou que os Conselhos Tutelares da cidade de Salvador já estão funcionando de acordo com

a Resolução nº 75 do Conanda. O conselheiro Marcos Avelar foi indicado para representar o Conanda na reunião com os Promotores de Justiça da Infância e da Juventude do Distrito Federal para tratar de assuntos referentes aos Conselhos Tutelares Distritais. Nada mais havendo a tratar, o Vice Presidente encerrou a Assembléia. . Nada mais havendo a tratar, o Vice Presidente encerrou a Assembléia. E para constar, eu Maria Bernadete Olivo, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada pelo Colegiado será assinada pelo Presidente do CONANDA.



**Nilmário Miranda**  
Presidente